

ANÁLISE DE DEFESA – CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2011
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – TJ/MT
ATOS DE GESTÃO PRATICADOS PELOS ADMINISTRADORES E DEMAIS
RESPONSÁVEIS POR DINHEIROS, BENS E VALORES PÚBLICOS

PROCESSO Nº	: 13828-2/2011
PRINCIPAL	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – TJ/MT
ASSUNTO	: Defesa – Contas Anuais de Gestão – Exercício 2011
GESTOR	: Desembargador JOSÉ SILVÉRIO GOMES – período de 01.01 a 28.02.2011 : Desembargador RUBENS DE OLIVEIRA FILHO – a partir de 01.03.2011
RELATOR	: Conselheiro Waldir Júlio Teis
EQUIPE TÉCNICA	: Suellen Dayci Frison Barros – Auditor Público Externo : Anayna A. C. B. Auerswald – Técnico de Controle Público Externo

Senhora Secretária

Trata-se da análise de defesa acerca dos achados de auditoria constantes do Relatório da Equipe Técnica, resultante da inspeção *in loco* das contas anuais de gestão do exercício de 2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – TJ/MT. O Relatório encontra-se anexado às fls. 726 a 779/TCE, com conclusão às fls. 761 a 766/TCE.

A auditoria foi efetuada pela Auditora Público Externo, Sra. Suellen Dayci Frison Barros e a Técnica de Controle Público Externo, Sra. Anayna A. C. B. Auerswald.

As manifestações da defesa apresentadas pelo Desembargador José Silvério Gomes, pelo Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho e pelos demais gestores foram recebidas em 06.06.12 e 13.06.12, respectivamente, portanto, dentro do prazo regimental.

Importante destacar que os gestores apresentaram defesa separadamente, dessa forma, tais defesas também serão analisadas separadamente.

Quando da análise documental, constatou-se a existência de quatro (04) irregularidades.

Após avaliar as justificativas e documentos apresentados pelo jurisdicionado, a equipe concluiu pela permanência de uma (02) irregularidades, item 1.1 e 2.1, dos gestores Desembargador José Silvério Gomes e Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho e parcialmente mantido com alteração de redação item 3.1 do gestor Desembargador José Silvério Gomes, a seguir conforme numeração dada na conclusão do relatório técnico:

A – Defesa apresentada pelo Desembargador José Silvério Gomes – Presidente do TJ/MT de 03.03.10 a 28.02.11 – fls. 797 a 806 TCE.

Gestor a ser notificado

Presidente do TJ

José Silvério Gomes (de 03.03.10 a 28.02.10)

1. (LB 22) Previdência Grave 22 – Existência, no ente, de mais de um RPPS e de mais de uma unidade gestora com finalidade de administrar, gerenciar e operacionalizar o regime (art. 40, § 20, da Constituição Federal).

1.1. Não adesão do Tribunal de Justiça ao FUNPREV contrariando o disposto no art. 40, §20, da Constituição Federal. Irregularidade reincidente (LB 22 – Irregularidades grave, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)

De acordo com o art. 6º, II, a, da Resolução Normativa nº 17/2010 esta irregularidade é passível de multa no valor de 11 a 20 UPF–MT.

2. (LA 05) Previdência Gravíssima 05. Ausência de depósito das disponibilidades de caixa previdenciária em conta separada das demais disponibilidades do ente patronal (art. 1º, parágrafo único; art. 6º, II, da Lei nº

9.717/1998; e art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF).

2.1. Ausência de conta específica e separada das demais disponibilidades do Tribunal de Justiça, para que se efetue o depósito das disponibilidades de caixa do regime próprio de previdência (parte patronal e segurado), em infringência ao disposto no artigo 1º, Parágrafo único, artigo 6º, II, da Lei nº 9.717/1998 e artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF.

Irregularidade reincidente. (LA 05 – Irregularidades gravíssima, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)

De acordo com o art. 6º, I, a, da Resolução Normativa nº 17/2010 esta irregularidade é passível de multa no valor de 21 a 40 UPF–MT.

B – Defesa apresentada pelo Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho – Presidente do TJ/MT a partir 01.03.11. – fls. 817 a 823 TCE.

Gestor a ser notificado

Presidente do TJ

Rubens de Oliveira Santos Filho (a partir de 01.03.11)

1. (LB 22) Previdência Grave 22 – Existência, no ente, de mais de um RPPS e de mais de uma unidade gestora com finalidade de administrar, gerenciar e operacionalizar o regime (art. 40, § 20, da Constituição Federal).

1.1. Não adesão do Tribunal de Justiça ao FUNPREV contrariando o disposto no art. 40, §20, da Constituição Federal. **Irregularidade reincidente** (LB 22 – Irregularidades grave, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)

De acordo com o art. 6º, II, a, da Resolução Normativa nº 17/2010 esta irregularidade é passível de multa no valor de 11 a 20 UPF–MT.

2. (LA 05) Previdência Gravíssima 05. Ausência de depósito das disponibilidades de caixa previdenciária em conta separada das demais disponibilidades do ente patronal (art. 1º, parágrafo único; art. 6º, II, da Lei nº 9.717/1998; e art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF).

2.1. Ausência de conta específica e separada das demais disponibilidades do Tribunal de Justiça, para que se efetue o depósito das disponibilidades de caixa do regime próprio de previdência (parte patronal e segurado), em infringência ao disposto no artigo 1º, Parágrafo único, artigo 6º, II, da Lei n.º 9.717/1998 e artigo 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 101/2000-LRF. **Irregularidade reincidente.** (LA 05 – Irregularidades gravíssima, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)

De acordo com o art. 6º, I, a, da Resolução Normativa nº 17/2010 esta irregularidade é passível de multa no valor de 21 a 40 UPF–MT.

C – Defesa apresentada pelo Desembargador José Silvério Gomes – Presidente do TJ/MT e solidária Srª Maristela Furtado de Mendonça – Diretora do Departamento de Manutenção, Serviços e Transportes.

Irregularidade parcialmente mantida, com redação alterada

Gestor a ser notificado

Presidente do TJ

José Silvério Gomes (de 03.03.10 a 28.02.10)

3. Irregularidade não classificada pela Resolução Normativa nº 17/2010

RELATÓRIO PRELIMINAR 3.1. (Bens móveis e imóveis) – Ausência de adoção de medidas pelo TJ a fim de regularizar situação de 09 (nove) veículos que se encontram com infrações pendentes na somatória de R\$ 1.308,85 (36,33 UPF-MT), conforme pesquisa realizada no site do DETRAN em 30.03.2011. *Cabe o ressarcimento de 36,33 UPF-MT aos cofres públicos da entidade, observando-se o art. 72 da LC 269/2007 – Item 4.8.* **Irregularidade reincidente.** (Irregularidade não-classificada pela Resolução Normativa nº 17/2010)

PARCIALMENTE MANTIDO

3.1. (Bens móveis e imóveis) – Ausência de adoção de medidas pelo TJ a fim de regularizar situação de 06 (seis) veículos que se encontram com

infrações pendentes na somatória de R\$ 798,08 (22,15 UPF-MT), conforme pesquisa realizada no site do DETRAN em 30.03.2011. Cabe o ressarcimento de 22,15 UPF-MT aos cofres públicos da entidade, observando-se o art. 72 da LC 269/2007 – Item 4.8. (Irregularidade não-classificada pela Resolução Normativa nº 17/2010)

De acordo com o art. 5º, I, da Resolução Normativa nº 17/2010 esta irregularidade é passível de multa de 10% sobre o valor a ser ressarcido.

A seguir, apresenta-se o resumo das Irregularidades mantidas, sanadas e parcialmente mantido com alteração de redação:

Gestores	Situação após a análise da defesa		
	Pontos Mantidos	Pontos Sanados	Pontos mantidos com alteração de redação
Desembargador José Silvério Gomes – Presidente do TJ/MT (de 03.03.10 a 28.02.11)	1.1 2.1	-	3.1
Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho – Presidente do TJ/MT (a partir de 01.03.11)	1.1 2.1	3.1 3.2 4.1	-
Márcia Regina da Silva Santos – Diretora do Departamento Financeiro (de 01.03.11 a 28.02.13)	-	1.1	-
Maristela Furtado de Mendonça – Diretora do Departamento de Manutenção, Serviços e Transportes (janeiro a março de 2011)	-	-	1.1
Charles Siervi Lacerda – Diretor do Departamento de Manutenção, Serviços e Transportes (abril a dezembro de 2011)	-	1.1	-
Alessandra Regina Marques Bueno – Contadora (de 01.03.09 a 28.02.13)	-	1.1	-

Considerando o relatório de auditoria elaborado pela equipe técnica

formalmente designada, assim como as justificativas e argumentos apresentados pelo jurisdicionado, encaminha-se o processo para conhecimento e providências.

É a informação.

Secretaria de Controle Externo da Quarta Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 19 de julho de 2012.

Solange Fernandez Nogueira
Subsecretária de Controle de Externo

DESPACHO

Visto. Submetemos os autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para as providências cabíveis.

Maria Aparecida Rodrigues Oliveira
Secretária de Controle Externo da Quarta Relatoria